

Os devedores discutem: como obter mais recursos?

O "Grupo dos 24" começou ontem a definir as posições dos países em desenvolvimento para os encontros especiais desta semana do comitê interino e do comitê de desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Há consideráveis divergências no grupo sobre alguns instrumentos que têm sido propostos para ajudar a resolver a crise de recursos que atravessam muitos desses países. Mesmo na América Latina, por exemplo, ainda não se chegou a um consenso sobre a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (conhecida pela sigla Miga), proposta pelo presidente do Banco Mundial. A. W. Clausen. A Miga teria por função garantir os investimentos estrangeiros no Terceiro Mundo contra riscos políticos. Isso, supostamente, estimularia novas correntes de capital para os países pobres e médios.

A posição do Brasil

O economista Eimar Avillez, representante do Brasil na diretoria executiva do Banco Mundial, consi-

dera estranha a idéia de o Brasil participar com recursos próprios de uma agência que garanta os investimentos estrangeiros no País. Assim, afirmou, as normas internacionais poderiam sobrepor-se às leis do País. Avillez acha que seria melhor criar-se uma agência internacional para garantir os empréstimos privados aos países em desenvolvimento. Com esses empréstimos, disse, o Brasil faria os investimentos que quisesse, nos setores que julgasse oportunos e prioritários.

Essa posição vem sendo mantida há anos pelo Brasil. Portanto, o advento de um novo governo no País não a alterou. O Brasil não está só. México, Venezuela, Costa Rica e muitos outros rejeitam o estabelecimento da Miga. Mas outras nações do mundo em desenvolvimento, como a Colômbia e o Equador concordam com sua criação. A Argentina, que essencialmente se opunha à Miga agora a aceita. A Índia não se opõe à idéia, mas se preocupa com a possibilidade de que a Miga estabeleça um "código de conduta", para os países que re-

cebem investimentos privados estrangeiros. Entre os países ricos, os Estados Unidos são os seus defensores mais ardorosos. A França trata o assunto com cautela, condicionando sua participação na Miga à adesão generalizada dos países em desenvolvimento.

Alta dos juros

Quanto aos temas das pautas dos dois comitês, as divergências são mais de forma do que de substância. Em conversa com o representante da Colômbia no Banco Mundial, um representante brasileiro disse que seria conveniente mencionar no comunicado final do "grupo dos 24", o apelo à criação de um mecanismo institucional para melhorar a posição dos países com desequilíbrios externos. Citou, por exemplo, a sugestão do Instituto de Economia Internacional de que o FMI estabeleça uma linha de crédito compensatório para ajudar esses países a enfrentarem súbitas elevações dos juros internacionais.

Na reunião de ontem, em nível técnico, a delegação brasileira foi

chefiada por Sérgio de Freitas, diretor da Área Externa do Banco Central. A reunião do "grupo dos 24" em nível ministerial será feita dia 15, supostamente com a presença do ministro do Planejamento João Sayad (cuja vinda para cá foi colocada em dúvida ontem, tendo em vista o estado do presidente eleito Tancredo Neves) e do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber. Lemgruber é o governador adjunto do Brasil no FMI e no Banco Mundial. O titular é o ministro Francisco Dornelles, que há muitos dias resolveu que não deixaria o Brasil neste momento.

Conferência ampla

As reuniões do comitê interino e do comitê de desenvolvimento começam mesmo dia 17 e terminam dia 19. Esses encontros se revestem de um significado especial. Constituem a resposta da comunidade financeira aos rogos dos países pobres de que se realizasse uma ampla conferência internacional para examinar o problema de sua dívida externa.

O comitê interino, de que também faz parte o Brasil, é um organismo exclusivo do FMI, seu corpo eminentemente político. Reúne-se no dia 17 sob a presidência do ministro das Finanças da Holanda, H. Onno Ruding, e a presença do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière. Sua agenda inclui o debate sobre as perspectivas da economia mundial a curto e médio prazo, questões relacionadas com o papel do FMI na supervisão das políticas econômicas dos membros, e uma nova alocação de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda escritural do Fundo.

A alocação de Direitos Especiais de Saque é um dos temas em torno dos quais há sólida unanimidade entre os países em desenvolvimento.

Há anos reclamam uma nova alocação. Em setembro, os ministros do grupo concluíram ser necessária uma alocação de pelo menos 15 bilhões de DES (quase a mesma quantia em dólares, à taxa de hoje) para o quarto período, que termina em 1986. O quarto período começou em 1982, mas até agora

não foi coberto. De 1970 a 1981, 21,4 bilhões de DES foram distribuídos aos membros.

Ajustes

Os países em desenvolvimento também gostariam que a distribuição fosse desigual, para se evitar que a maior parte do dinheiro vá para os ricos. Mas os industrializados, liderados pelos Estados Unidos, ainda não resolveram concordar com essas reivindicações. Alguns deles acham que não há falta de liquidez nos mercados internacionais e uma nova distribuição de DES seria inflacionária. Além disso, consideram que os países com problemas de reservas devem ser "encorajados" a ajustar suas economias.

A reunião em nível ministerial do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial será no dia 18, sob a presidência do ministro paquistanês Ghulam Ishaq Khan. No dia 19, os comitês interino e de desenvolvimento voltam a reunir-se para formalizar seus comunicados à imprensa.